

**O LUGAR DA ESCOLA NA
CIDADE: A ESCOLA NORMAL
DA PARAHYBA NO INÍCIO DO
SÉCULO XX***

*THE PLACE OF THE SCHOOL IN
THE CITY:
THE NORMAL SCHOOL OF
PARAHYBA IN THE BEGINNING OF
THE 20TH CENTURY*

*EL LUGAR DE LA ESCUELA EN LA
CIUDAD
LA ESCUELA NORMAL DE
PARAHYBA A INICIOS DEL SIGLO
XX*

**Carlos Augusto de
Amorim Cardoso**

UFPB
caugusto@ce.ufpb.br

* Trabalho parcialmente financiado pelo CNPq. Agradeço os comentários/ indicações dos pareceristas, que proporcionaram uma essencial revisão do artigo.

Resumo: O artigo procurou analisar, através das ações dos administradores públicos e da construção do edifício da Escola Normal, o processo de modernização da cidade da Parahyba do Norte, atual cidade de João Pessoa. As ações que auxiliaram a compreensão desse processo vinculam-se às noções de urbanidade, de disciplina, de bem estar, de higiene e de educação moral. O surgimento de cadeiras especiais na Escola Normal, a instalação de um Serviço de Higiene e as reformas da instrução são aspectos que denotam a vida urbana na escola. O texto foi produzido como resultado da coleta de artigos e reportagens da Revista Era Nova e do Jornal O Educador, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e de documentos oficiais (atas, relatórios, leis) da Assembléia Legislativa e do Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural do Estado - FUNESC. O artigo conclui que, para definir o lugar da escola na cidade, um lugar para a Escola Normal, será necessário compreender o conjunto de forças sociais, os mecanismos de sobrevalorização do espaço e do valor do solo, bem como os rituais simbólicos das representações da monumentalidade para avaliar as significativas diferenças dos lugares na cidade.

Palavras-chaves: Modernidade; Didática urbana; Escola; Ensino de geografia; História da educação.

Abstract: In this paper we discuss the modernization process of the town of Parahyba do Norte. We focus on the public administrations actions and the construction of the building of the Normal School. We used the notions of urbanity, discipline, welfare, hygiene and moral education to really help us to understand that process. Special subjects in the *Normal School*, a hygiene service and the reforms of the instruction are aspects which show urban life in the school. This text is a result of our research on papers and articles of Nova Era Magazine and O Educador Journal, in the Historical and Geographical Institute, and official documents of the Legislative Assembly and Historical File of the Fundação Espaço Cultural do Estado-FUNESC. The paper concluded that we need to understand the social forces, the mechanisms of space overvalue and the value of the land, and the symbolic representations of monumentality to define the place of the school in the town, a place to the *Normal School*.

Keywords: Modernity; Urban didactic; School; Geography teaching; History of education.

Resumen: El artículo procuró analizar, a través de las acciones de los administradores públicos y de la construcción del edificio de la Escuela Normal, el proceso de modernización de la ciudad de Parahyba do Norte, actual ciudad de João Pessoa. Las acciones que auxiliaron la comprensión de este proceso se relacionan con las nociones de urbanidad, de disciplina, de bienestar, de higiene y de educación moral. La creación de asignaturas especiales, el establecimiento de un Servicio de Higiene y las reformas de la instrucción son aspectos que muestran la vida urbana en la escuela. El texto se construyó mediante la recopilación de artículos y reportajes de la Revista Era Nova y del Periódico O Educador, en el Instituto Histórico y Geográfico Paraibano, y de documentos oficiales (actas, notas, leyes) de la Asamblea Legislativa y del Archivo Histórico de la Fundación Espacio Cultural del Estado - FUNESC. El artículo llegó a la conclusión de que para definir el lugar de la escuela en la ciudad, un lugar para la Escuela Normal, será necesario comprender el conjunto de fuerzas sociales, los mecanismos de supervaloración del espacio y del valor del suelo, así como los rituales simbólicos de la representación de la monumentalidad para evaluar las diferencias significativas de los lugares en la ciudad.

Palabras clave: Modernidad; Didáctica urbana; Escuela; Enseñanza de la geografía; Historia de la educación.

*Quando se trata de crianças, brigar e se amar parecem ir sempre juntos (P. Kropotkin)
Para Pedro e André*

Introdução

O texto ora apresentado resulta da pesquisa Escola e Modernidade na Paraíba (1910-1930)¹, que teve como objetivo central analisar e compreender a relação entre as reformas (educacionais e urbanas) e remodelações que se passaram na cidade da Parahyba do Norte, atual João Pessoa e na Escola Normal da Parahyba no período de 1910 à 1930.

Através da coleta e da identificação dos dados nos arquivos da Assembléia Legislativa (documentos, atas e leis), no Instituto Histórico e Geográfico Parahybano (material cartográfico, fotográfico, jornalístico e de revistas), no Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural do Estado - FUNESC (relatórios, documentos e jornais) e no Endereço Eletrônico <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm> (mensagens dos Presidentes da Província à Assembléia Legislativa), foi possível reconhecer os conteúdos das ações dos administradores públicos e da dinâmica social. As análises dos documentos e das fontes permitiram examinar parte da morfologia da cidade, a localização de prédios escolares, a política da instrução e do higienismo. Nesse texto ora apresentado, tentamos demonstrar as reflexões, as sínteses provisórias das relações da escola, e em especial da Escola Normal com a cidade.

A Parahyba do Norte no contexto da modernização brasileira

Qual a cidade antiga brasileira não conheceu a sua Rua Direita, a Rua do Colégio? Da Alfândega? ou Do Comércio? Na cidade da Parahyba tal demarcação está presente, denunciando as atividades que ali aconteciam. Esta plasticidade é uma das características das cidades brasileiras.

A partir da primeira metade do século XIX, a transferência da sede do governo português para o Brasil, a abertura dos portos e a independência foram conjuntos de acontecimentos que são imprescindíveis para analisar os núcleos urbanos.

Tais aspectos são condições preliminares para que as capitais de províncias, quase todas no litoral, tornem-se centros político-administrativos importantes, dando nova vida aos núcleos urbanos. A intenção de criar uma elite capaz de governar o país acarreta a fundação de algumas faculdades (no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Salvador), o que estimula a vida urbana. Decerto que a capital da Parahyba, como centro político-administrativo desde a sua fundação (a Parahyba do Norte já nasce cidade em 1585), já

¹ A pesquisa contou com a participação de Tamara Dayse Bomfim de Aguiar e Tâmara Antas Siqueira, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da e da Universidade Federal da Paraíba - PIBIC/CNPq/UFPB.

exercia tal função na província. Contudo, é certo também que o Lyceu Parahybano é criado por Lei provincial em 1836, após a independência. Tais fatores são importantes para compreender que numa cidade extraordinariamente insignificante do ponto de vista urbano, fosse possível criar um “espírito escolar”.

É certo também que a abolição, as redes de transportes e a imigração não foram suficientes para alterar a orientação da economia, mas a cidade, centraliza as criações, cria tudo. “Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade isto é sem relações” (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

O crescimento da cidade da Parahyba, desde o século XVI, acontece à serviço das relações internacionais e do processo de colonização. Concentra suas atividades econômicas nas grandes propriedades exportadoras e está imersa numa estrutura de base agrária, com “poucos *inputs* de urbanização”. Os impulsos para o progresso, principiados no início do século XX no governo João Machado (1908-1912), estenderam-se até os anos trinta, passando pelos governos de tradições liberais e oligárquicas: Castro Pinto (1912-1916), Camilo de Hollanda (1916-1920) e Solón de Lucena (1920-1924), sustentáculos da política de Epiácio Pessoa². Nesse período destacam-se as primeiras implementações de porte no que diz respeito à equipamentos urbanos e à modernização: abastecimento d’água (1911), iluminação elétrica (1914) e sistema de transportes de bondes (1914).

Não resta dúvida que a Escola Normal, criada no final do século XIX (1884), está no interior desse processo de estímulo ao crescimento urbano, progresso e modernização, procurando o seu espaço na cidade e consolidando-se 30 anos depois.

No governo de João Machado e governos consecutivos de Castro Pinto, Camilo de Holanda e Sólón de Lucena, a urbanização que passava a cidade da Parahyba estava firmada na capacidade do poder público de dotá-la de um aspecto limpo, com iluminação, com alinhamento de ruas, em condições salutaras e com espaços públicos. No final da década de 1910 e início da década de 1920 do século XX, as noções do higienismo intensificam-se e os espaços passam a ser pensados como finalidade, com ordem política e social³.

Monarcha (1999), em “A Escola Normal de São Paulo e a Reforma Urbana” busca especificar a maneira que uma certa concepção funcional de cidade obedece à racionalidade “moderna” dos administradores da Província de São Paulo. À semelhança de outras províncias, nas décadas de 1910-20 do século XX, a cidade Parahyba do Norte começa a perder pouco a pouco o seu aspecto colonial e passa a ser dotada de manifestações modernas. Cabe lembrar que a função educativa de bem estar e higiene e as noções do espírito

² Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1890-91), deputado federal (1891-93) e ministro da Justiça e Negócios Interiores (1898-1901), procurador da República (1902-05), ministro do Supremo Tribunal Federal (1902-12), senador pela Paraíba (1912-19), assumiu a presidência do País em 1919.

³ Segundo Abreu (1996), desde o final do século XVIII, o pensamento higienista já havia penetrado no Brasil. No início com pouca repercussão, as idéias higienistas foram ganhando força com a institucionalização do ensino médico no país.

cosmopolita derivam das reformas urbanas. A cidade redefine as relações de poder no espaço urbano que se modifica e por sua vez modifica a escola: a cidade colonial se vê cada vez mais distante e os espaços públicos, ruas, praças e escolas da cidade moderna cada dia mais presente.

As reformas urbanas e as reformas educacionais encetam um novo viver-fazer dentro da cidade e nas novas relações que se estabelecem; a sociedade começa a exigir uma cidade moderna onde impere o modo de vida urbano. Assim, na morfologia urbana dos dois primeiros séculos de existência de Brasil, eram os edifícios religiosos as construções que se destacavam. Isso se deu em cidades como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belém, São Luiz e Olinda ou em São Paulo. Nesta última, o Pátio do Colégio é o início da cidade na visão dos Jesuítas.

A cidade da Paraíba do Norte apresentava-se de forma análoga àquelas. Terceira cidade mais antiga do país, as edificações religiosas grafaram a sua morfologia. Nos tempos iniciais de sua formação territorial, as edificações religiosas grafaram uma cruz, símbolo do cristianismo, que exprimia a disposição da ocupação dos templos na cidade: na “cabeça” da cruz, ao Norte, a Ordem dos Franciscanos; aos “pés” da cruz, ao Sul, a Ordem do Jesuítas; no “braço esquerdo”, a Oeste, a Ordem dos Beneditinos e a Leste, no “braço direito” da cruz, a Ordem dos Carmelitas.

No que diz respeito às renovações pedagógicas Kulesza (2005) nos brinda com uma arguta análise das ações no campo educacional:

No seu clássico estudo histórico sobre o ensino na Paraíba, José Baptista de Mello, para louvar a renovação empreendida no governo Castro Pinto (1912–1916), modernidade que faria com que seu nome viesse a designar anos depois o primeiro aeroporto do Estado, ressalta suas ações no campo educacional. ‘Para iniciar, comissionou o Professor Francisco Xavier Junior, Diretor da Instrução, para, no sul do país, estudar os mais adiantados processos de ensino, a fim de adaptá-los entre nós’, afirma Mello pondo em evidência o desejo modernizador daquele Presidente do Estado (1996, p. 81). Esse trânsito pelo que constituía então o eixo norte-sul, vinha se intensificando desde o início do século XX com a paulatina concentração da economia no território que hoje compõe a região Sudeste (KULESZA, 2005, p. 1).

A existência material de um novo espaço urbano que se pretende mais amplo e como fator de estímulo para as noções de progresso, de modernidade e de modernização, também estão realçadas nos estudos históricos sobre a expansão dos grupos escolares na Paraíba:

A ‘instrução generalizada’, como fator de ‘progresso’, foi sistematicamente defendida pela elite paraibana e esteve condicionada à difusão dos ideais positivistas, implantados no Brasil desde meados do século XIX (...) predominando a convicção de que ampliando a oferta de instrução pública esta propiciaria a ordem e o progresso que, para muitos, tratava-se de ‘questão da sobrevivência nacional’ (PINHEIRO, 2001, p.130).

Do mesmo modo, em estudos históricos sobre as tramas, os encontros e desencontros da cidade com a modernidade, verifica-se a existência das noções de progresso e de civilização:

Na Parahyba do Norte, a influência européia foi absorvida e, embora não tenha experimentado reformas modernizantes tão intensas quanto no Rio de Janeiro, não deixou de haver a tentativa de alinhamento dos padrões de civilização, progresso e desenvolvimento europeu. A atuação dos Presidentes de Estado e Prefeitos da Capital demonstrava uma certa obsessão em construir uma cidade esteticamente moderna (ARAÚJO, 2001, p. 62).

Em similar diapasão, Nunes (1994) afirma que a escola reinventa a cidade através do paradigma de moderno, delineado no Brasil em fins do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, propiciando que a escola seja um centro de ressonância e amplificação da vontade de mudar:

Uma nova leitura do urbano era paulatinamente construída pelo esforço ideologizador de toda uma geração de educadores. (...) Havia uma cultura urbana em processo acelerado de transformação a ser decifrada e cabia à escola ensinar hábitos que ajudassem as crianças mais pobres a interpretar a realidade (NUNES, 1994, p. 197).

Dessa maneira, a cidade e a escola tornam-se efetivos locais onde a cultura se transforma e onde se afirma a língua nacional e a identidade racional. Para as sociedades européias, os progressos da Ordem Pública já são sentidos nos séculos XVII e XVIII, onde, em cada cidade, ao se identificar os crescimentos demográficos constantes, são traçadas técnicas de ensino de alfabetização e de instrução. Tais técnicas utilizam-se da leitura dos estandartes, cartazes e placas de ruas para instruir os pobres em história, artes, pesos e medidas e profissões. A rua torna-se uma escola, um teatro de pedagogização recreativa que objetiva reforçar a nação, favorecendo uma leitura urbana de múltiplas formas. As cidades e as escolas, deste ponto de vista, passam a ser o lugar do movimento dialético das “necessidades, desejos e prazeres” (CAMBI, 2001).

Na Parahyba, o século XIX pouco difere dos séculos anteriores, embora indique o início do desprestígio da aristocracia rural (LEWIN, 1993). A lentidão das transformações mantinha a cidade “pequena, antiquada, carente de diversos equipamentos urbanos” e “chama atenção sua paisagem natural e peculiaridades de umas poucas edificações”. (AGUIAR e MELLO, 1989, p. 75). A cidade expandiu-se mas conserva boa parte da fisionomia do campo. Assim, do ponto de vista dos ideários da República, a Parahyba “ao final do século XIX, era uma região em decadência econômica e política e não se distinguia pela pujança do movimento republicano” (CARVALHO, 1990, p. 67).

No entanto, no século XX, as implementações modernas e uma série de residências

são construídas: casarões, templos religiosos, escolas e as sedes de órgãos públicos irão compor os maiores destaques das edificações da cidade.

Diante disso, a cidade da Parahyba e seus atores sociais irão construir a concepção de manutenção da ordem oligárquica ao mesmo tempo em que propugnam as necessárias reformas instrucionais indicadas pelo atualismo republicano, induzindo à emoção cívica para produzir frutos didáticos na nova ordem. Nesse sentido, a escola reúne os instrumentais essenciais que podem transmitir as noções de cidade moderna e de urbanização como fatores necessários para a construção de uma vida urbana.

Os estudos sobre o desenvolvimento da escolarização na Primeira República, centrados na organização da escola pública de São Paulo (NAGLE, 2001; MONARCHA, 1999), não têm conseguido reproduzir seus resultados quando aplicados às realidades regionais. O descompasso entre a urbanização e a industrialização nessas regiões, tornou mais complexas as relações entre educação e sociedade. O processo de constituição de um mercado nacional centrado no Sudeste, em plena vigência do federalismo, expunha contradições que afetavam a emergência de uma escola destinada simplesmente a preparar para a “ordem e o progresso”. A desigual distribuição geográfica da mudança nas relações de produção propiciada pela moderna indústria, confrontava-se com os objetivos de uma educação nacional sob a égide do Estado.

No âmbito do ensino, em especial o da Geografia, os nexos da modernização republicana explicitavam os lemas da inspiração evolucionista e positivista. Podemos recordar a importância do ensino da Geografia naqueles anos do início do século XX. No início de janeiro do ano de 1913, o governo da Parahyba recebe a letra e a música do hino da bandeira nacional. Os versos de Olavo Bilac são distribuídos para as escolas locais para serem ouvidos, juntamente com o hino da independência, o da República e o da Parahyba e serem tocados “em dias determinados de cada mez”. Cânticos patrióticos entoados em “côros infantis organizados pelas escolas publicas” e ao som da “musica marcial pelas escolas primarias de ambos os sexos, em edificios apropriados como exercicios de canto coral e educação cívica”. O diretor da instrução pública, Dr. Xavier Júnior, é o encarregado de agendar as “patrióticas visitas” do Presidente do Estado Castro Pinto às escolas. Na ocasião da saudação dos “símbolos sagrados da nossa nacionalidade” honras serão dadas “ao governo genuinamente republicano, altruisticamente emprehendedor e amigo, que quer fazer do povo parahybano, uma nobre força, trabalhando pacificamente pela Republica e pela Pátria!” (A UNIÃO, 1913).

Essas noções de pátria e de nação já eram objetos de observação do ensino de geografia no alvorecer da República. José Veríssimo (1985), em seu clássico *Educação Nacional*, no capítulo intitulado *Geografia Pátria e a Educação Nacional*, propugnava um ensino de geografia voltado para o enaltecimento da nação e da pátria. Este movimento exprime uma filosofia da educação que instrumentalizará a cultura brasileira até aproximadamente os anos de 1930. José Veríssimo, como um dos expoentes máximos desta filosofia e republicano de primeira hora, propugnava a educação leiga, inspirada

nos grandes interesses humanos e na experiência da ciência universal, revelando sua anuência a uma filosofia evolucionista e positivista. A crítica que este autor formula à educação - e à geografia em particular - em fins do século XIX, diz que o sistema geral de instrução não merece o nome de educação nacional, pois

em todos os ramos é apenas um acervo de matérias sem nexo e lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada de Pátria (...) Nas escolas, a Geografia é uma nomenclatura de nomes europeus principalmente; a Geografia pátria, quase impossível de estudar pela ausência completa dos elementos indispensáveis, resume-se a uma árida denominação (VERÍSSIMO, 1985, pp. 53-54).

Percebe-se, assim, que a noção do autor d'Educação Nacional estava baseada na busca da formação da idéia de pátria, de nacionalidade, da identidade brasileira e do princípio federativo. O seu estudo avalia o ensino da geografia de sua época como "lamentável" e feito por uma "decoração bestial e a recitação ininteligente da lição decorada", cheio de lacunas no que diz respeito a materiais com mapas, cartas e globos. Sobre os nossos livros exclama que são

mal pensados e mal escritos, carecem inteiramente de valor pedagógico. (...) limitam-se à enumeração seca das cidades, à indicação do bispado a que pertencem, à divisão judicial, ao número de representantes, calando completamente as notícias muito mais úteis sobre o clima, a configuração física, o regime das águas, os produtos e as zonas de produção (VERÍSSIMO, 1985, p. 94).

Na verdade, Veríssimo deseja uma geografia da sua terra, que deveria ser melhor conhecida em seus aspectos pitorescos e paisagísticos. É portanto deste modo que no capítulo que trata da geografia, no livro mencionado, reivindica, no interior do seu projeto de nação, um brasileiro para nos dar a "nossa geografia":

O que sabemos da geografia da nossa Pátria, das feições características do seu solo, dos seus habitantes de outras zonas que não são nossas, sabêmo-los pelos estrangeiros. Foram os Castelnaus, os Saint-Hilaires, os Eschweges, os Martius, os Burtons, os Agassiz, os Bates, os Wallaces, os New-Wieds, os Hartts e os Steinens que nos ensinaram a geografia da nossa Pátria. (...) Que desamor profundo do País está este fato a revelar! Entretanto, o conhecimento do País em todos os seus aspectos, que todos se podem resumir em - geográfico e histórico - é a base de todo o patriotismo esclarecido e evidente. Por isso, a geografia do País, inteligentemente compreendida e ensinada, é por assim dizer a base de toda a educação nacional bem dirigida (VERÍSSIMO, 1985, p. 96).

Esse modelo de ensino de geografia se multiplica, rechaçando os métodos que não fossem estritamente geográficos e massificando os conhecimentos escolares nos currículos das escolas brasileiras em todos os níveis dos sistemas educacionais. É neste modelo que a excursão geográfica surge como um método ativo, sugerindo que o principal objetivo do

ensino da geografia deve ser aquele que educa os “sentimentos do belo e da pátria”

Esses princípios republicanos se farão presentes em muitos conteúdos escolares. No período de 1910-1930, as escolas secundárias e de formação de professoras utilizaram materiais didáticos que reproduziam aqueles princípios. Podemos citar: “Lições de Língua Materna” de Francisco Xavier Filho publicado em 1907, “Pontos de História do Brasil” de Eudésia Vieira, “Geografia Elementar adaptada às Escolas Publicas Primarias” de Tancredo do Amaral e “Escola Pittoresca” de Carlos D. Fernandes, para ficarmos nos livros adotados na Escola Normal e nas escolas primárias paraibanas.

A cidade e a escola na modernidade: a Escola Normal da Parahyba

A relação da cidade com a escola tem o espírito do tempo. A forma da cidade, em cada época, responde ao espírito do tempo dela mesma. A cidade pode ser analisada na modernidade como local onde se desenrolam as atividades e manifestações de seus habitantes; onde se registram os sentimentos de identidade coletiva, as percepções subjetivas e experienciais. Esta importante perspectiva seria uma maneira de fixar a cidade no campo educativo; e relevante porque os ordenamentos e a disciplinarização urbanas estão situados no mesmo projeto de modernização do ensino e da cidade, pelo menos é o que nos ensina o grupo modernista GATEPAC (MOSER, 1933, p. 28).

Mas, ainda que a modernização – e os modernistas - esteja assentada na cidade, as décadas de 1910-1930 do século XX não eram apenas construções de escolas grandiosas, tais como a da Escola Normal da Parahyba. Eram tempos de escolas isoladas; como a da “D. Diná Carneiro Monteiro”, “D. Zinha”, “D. Maria Araújo”, “D. Dulce Aragão” na Parahyba (BRITO, 1989). Tempos e espaços que se combinam com a escola da “D. Olímpia” e do “Professor Teófilo”, na cidade do Rio de Janeiro (NUNES, 1994).

Todavia, enfatizar a formação de um sistema escolar para a formação de professores seria a conexão apropriada dos modernizadores da cidade do período republicando de 1910 à 1930. Através das transformações e das investidas dos administradores públicos e da sociedade, a cidade da Parahyba configura-se como célula de progresso e crescimento. Sendo assim, a escola e a educação compartilham com a cidade o caráter disciplinador de que se necessita para construir o progresso, provendo-a de infra-estrutura de serviços.

Durante tal período, urbanizar era sinônimo de sanear, embelezar e iluminar. Segundo Trajano Filho (1999), a “abertura da Avenida João Machado, durante a administração do presidente da província João Machado (1908–1912), que indicava o crescimento da cidade em direção as Trincheiras⁴ no início da década de 1910, pode ser considerada como o marco inicial dessas reformas”. (TRAJANO FILHO, 1999, p. 4).

Do mesmo modo que cabia sobretudo ao Estado a formação de um sistema escolar

⁴ A rua das Trincheiras era a principal ligação rodoviária da cidade de Parahyba do Norte com a cidade do Recife.

e a construção de edifícios para a educação e para a cultura, o calçamento das ruas, os alargamentos para passagens de carroças e de automóveis, a colocação de postes de iluminação pública e a criação de linhas de bondes ligando os subúrbios ao centro da cidade, tornaram-se parte muito importante dos investimentos do Estado para atribuir qualidade ao novo mundo urbano. Um documento do órgão responsável pelas finanças da Província nos revela o interesse da administração num conjunto modernizações:

Contrato que faz o Estado para execução e exploração dos serviços de iluminação pública e particular, distribuição de força eletro motora, e eletrificação das linhas de bondes desta capital... (...). A iluminação compreende as praças e ruas e terá início ao anoitecer, terminando ao amanhecer; (...). Os concessionários ficarão obrigados a eletrificar as linhas de bondes atualmente existentes entre a Praça Álvaro Machado, Tambiá e Trincheiras e, fazer o tráfego da ferrovia de Tambaú por tração elétrica, a vapor ou por meio de automóveis (FUNESC, 1910).

Uma década depois, a revista de costumes Era Nova, reproduz a mensagem de fim de ano do Prefeito do município, Guedes Pereira, que, num tom futurista⁵, diz:

A cidade, sob seus influxos ganha novos encantos, perde pouco a pouco o seu saturno aspecto colonial e adquire foros de uma formosa e bem cuidada metrópole. Enquanto isso novas avenidas são abertas, em aprazíveis localizações para o alargamento de nossas ruas. As finanças da municipalidade tem sido organizadas com o irroprochavel (sic!) critério, que constitui o traço predominante do espírito progressista do conceituado político paraibano (PEREIRA, 1923a, p. 13).

Em maio do mesmo ano, na mesma revista, em nota intitulada “as bellezas da cidade”, enaltece os jardins e as praças da cidade:

Uma das maiores bellezas da nossa capital e que logo encantam os nossos visitantes, são os nossos jardins públicos. (...) A Parahyba já ganhou mesmo os foros de “cidade dos jardins”. (...) esses logradouros públicos que constituem a mais bella ornamentação da nossa urbs. (...) sempre perfeitamente conservados e attrahentes os nossos jardins, o da praça commendador Felizardo, o da Praça Venancio Neiva e o da Pedro Americo. (...) os dois primeiros, com as suas esbeltas e farfalhantes palmeiras, com os seus ficus copados, com os seus extensos tapêtes de relva, (...) emprestam a maior esthetica a nossa capital, deixando em quem nos visita a impressão de que a Parahyba é toda um grande e encantado jardim (PERREIRA, 1923b, p.5).

Apesar dos ideais reformadores dos seus diversos administradores, a cidade da

⁵ O futurismo é um movimento modernista surgido por volta de 1909 e atribuído a sua criação ao artista italiano Filippo Tommaso Marinetti. Baseia-se numa concepção dinâmica da vida e no combate o culto do passado e da tradição.

Parahyba do Norte e a sociedade paraibana possuíam um ritmo lento em relação a outras cidades brasileiras. Se no período de 1910 à 1930 há uma preocupação no remodelamento e no embelezamento da cidade e engendravam-se as noções de modernidade, a inclusão de impostos, tais como o da *décima urbana*⁶, alinhamentos das casas nos limites da rua, calçamento, saneamento entre outras modificações que foram decorrentes das reformas, a cidade e sociedade ainda se encontram intimamente ligado a uma cultura oligárquica rural, conservadora e tradicional (MAIA, 2000).

As contradições eram de várias ordens. A institucionalização da Escola Normal da Parahyba dá-se no Império, assemelhando-se à Escola Normal do Rio de Janeiro. A lei Nº 761, sancionada pelo presidente José Ayres do Nascimento em 7 de dezembro de 1883, transformou o Liceu Paraibano numa escola normal de dois graus, sendo o primeiro grau compreendido pelo ensino elementar destinado à formação de professor e o segundo grau destinado a um conhecimento mais prático e com um maior desenvolvimento das cadeiras do primeiro grau. Tal Lei foi regulamentada em 30 de junho de 1884 e a Escola Normal de primeiro grau solenemente instalada em abril de 1885 (KULESZA et. all, 1998).

Ainda no tocante às reformas escolares, o segundo governo de Álvaro de Machado (1905) inicia um conjunto de reformas educacionais, que a par do desenvolvimento do ensino no Rio de Janeiro procura pelo menos no papel atualizar o ensino no Estado. É desse período o restabelecimento do decreto de criação da Escola Normal, revogando a Lei Nº 761 que criara a escola normal de dois sexos.

No governo Camilo de Hollanda (1916 a 1920), as noções de modernidade se engendravam de tal forma que seu mandato se diferenciava pela realização de inúmeras obras públicas, dentre elas o prédio da Escola Normal.

A construção de prédios de imponência e significação urbana é vista como uma forma de olhar a função educativa da cidade. Dessa maneira, a construção do prédio da Escola Normal contrastava com a deficiência da cidade em termos de infra-estrutura urbana, apesar da difusão e da propaganda das reformas na cidade e na educação. O Jornal O Educador, órgão do professorado primário, comunicava as condições das escolas da cidade da Parahyba daqueles anos com o título “A deficiência de luz nas escolas noturnas”. O semanário solicita atenção do diretor geral da instrução pública, através do conhecimento de que

as casas de ensino na sua maioria, são prédios impróprios e com serias dificuldades. A falta de luz adequada as escolas proporciona graves conseqüências. Muitos professores levam de casa candieiros a querosene para poderem exercer suas atividades, como os alunos, com dificuldades para ler e escrever, ascendem velas nas carteiras (EDUCADOR, 1922b).

⁶ Imposto do Estado em prol do melhoramento da cidade. Existiam benefícios, como a sua isenção, aos prédios construídos em favor da execução de melhoramentos da cidade. As escolas privadas e as escolas isoladas reivindicavam o benefício de isenção.

Soma-se a isso as investidas oficiais na área de transporte e comunicação, além das intensivas campanhas de higienização e purificação do espaço urbano, realizadas em nome da chamada “Revolução Sanitária” e inspiradas nas novas descobertas da área de microbiologia. Era necessário “desodorizar” a *urbis*, em nome das novas exigências estéticas e científicas da sociedade positivista do tempo. As escolas entram no ritmo das reformas e a instrução promove e reforça os vínculos com a vida urbana, criando cadeiras especiais de higiene na escola. Na administração do Estado, é criada a Repartição de Hygiene, com a função de vacinação e revacinação do mal da varíola. Mesmo órgão responsável por fiscalizar nas escolas o cumprimento do “tríplice escopo da educação do homem – desenvolver a inteligência, formar o coração e avigorar o corpo” (LEAL, 1906).

O conjunto de regras e códigos (no ano de 1911 é criado a Polícia Sanitária para a intimação e visitas domiciliares) que a cidade passa a possuir reforça a vida urbana. A escola e a Escola Normal em particular passam a ser reconhecidas como uma instituição social que contribui com a reorganização do espaço territorial da cidade. A década de 1910 será a primeira consolidação das duas mais importantes escolas da cidade da Parahyba do Norte: a Escola Normal e o Lyceu Paraibano. São criados os regulamentos e são instalados os edifícios mediante construção ou reformas e, a profissão de professores recebe suas primeiras regulamentações gerais. Dirigiremos nossa atenção ao processo de instalação definitiva da Escola Normal na cidade.

A ESCOLA NORMAL PROCURA O SEU LUGAR NA CIDADE

O início das reformas educacionais republicanas na Parahyba se dá com o que se convencionou chamar de “Alvarismo” no governo. É na administração de Álvaro Machado em seu primeiro mandato (1892-1896) que é criada, por decreto N° 7 de 4 de fevereiro de 1893, uma Escola Normal para ambos os sexos, em substituição ao antigo Externato Normal, só destinado ao sexo feminino. No seu segundo mandato (1904-1908) ele restabelece o decreto n° 7 de 1893, com as modificações aconselhadas pela experiência. É provável que a experiência a que se refere o Presidente da Província seja a de que uma escola normal para ambos os sexos não tenha tido o sucesso esperado. Pois em mensagem oficial presente no Relatório do ano de 1905, estabelece a substituição do pessoal docente de instrução primária por normalistas, concedendo regalias e “vencimentos compensadores da honrosa profissão do magistério”, que valoriza o título de normalista. A mensagem termina com a expectativa de que “traçado esse rumo e seguido sem desfalecimentos teremos em breve tempo elevado à altura a que tem direito a instrução primária nosso Estado” (MACHADO, 1905).

Diante das expectativas de modernização da escola, da formação de professoras e do acolhimento pelo Estado da profissão de professor, a escola passa a ter um papel destacado na cidade. Para tal destaque é necessário encontrar um lugar para a escola. É desta forma, portanto, que a escola passa a se deslocar na cidade de acordo com as

configurações urbanas; movimenta-se no sentido de melhor adequar-se ao espaço e ao conjunto da sociedade nos seus vários aspectos simbólicos e sociais.

A geografia nos auxilia para exemplificar estas configurações no espaço urbano da cidade. Podemos traçar uma breve *chorographia-chronologia* do percurso da Escola Normal na cidade da Parahyba do Norte até a sua fixação em edifício próprio: a) 1885-1905 - no 1º andar do Lyceu Parahybano, ao lado da Igreja da Conceição dos Militares; b) 1905-1909 - na antiga residência presidencial e antigo Palacete da Instrução Pública, atual Biblioteca pública na Rua Nova - atual General Osório; c) 1909-1911 no térreo do Palácio da Redenção, enquanto espera reforma no prédio do Palacete da Instrução Pública; d) 1911-1919 – na antiga Residência Presidencial e antigo Palacete da Instrução Pública, atual Biblioteca pública; e) 1919-1939 - no Prédio da Escola Normal, hoje ocupado pelo Tribunal de Justiça do Estado e f) 1939 aos dias atuais no Instituto de Educação, junto ao atual prédio do Lyceu Paraibano.

Inicialmente no primeiro andar do prédio do Lyceu Parahybano (Foto 01), a Escola Normal posteriormente localizou-se na atual Rua General Osório - antiga Rua Nova (Foto 02). Foi desalojada em 1909 para reconstrução do prédio, pois na visão dos responsáveis pela instrução, a escola encontrava-se em “prédio inadequado, sem acomodações precisas, sem mobiliário apropriado e destituídos de condições de higiene” (MACHADO, 1911), passando as aulas a funcionar em um período curto de tempo nas dependências do Palácio do Governo, vizinho ao Lyceu Parahybano. Em junho de 1911 retorna ao seu prédio da Rua General Osório em solenidade de inauguração qualificada como um momento “concorrido por um grande número de famílias e pessoas graúdas” (LEAL, 1906), só saindo de lá em 1919, para o prédio da Praça Comendador Felizardo Leite.

Foto 1



Lyceu Parahybano, atual Faculdade de Direito. Fonte: PARAHYBA, 1936.

Durante a passagem da Escola Normal para o Palácio do Governo em 1909, o prédio da Rua General Osório passou por reformulações gerais, sendo destruído quase todo e ficando só as paredes mestras. Reconstruído e ampliado, chegou a desapropriar uma casa e um terreno vizinho para a instalação do grupo escolar modelo anexo. As escolas modelos eram uma das exigências para que as alunas se tornassem mestres de

acordo com as prescrições de um ensino ativo.

A escola também passou por melhoramentos internos, sendo dotada de aparelhos de ensino e mobiliário “decente e adequado” adquiridos em uma fábrica especializada de Nova York. Foram realizadas melhorias nas condições higiênicas, substituindo as fossas fixas pelos aparelhos sanitários e seguindo os preceitos da rigorosa higiene (MACHADO, 1911).

Foto 2



Antiga Escola Normal na década de 1910, atual Biblioteca Pública do Estado.
Fonte: CUNHA, 1940.

No decorrer do trajeto da Escola Normal na cidade foi se constituindo um conjunto de debates entre administradores públicos, arquitetos, professores, pedagogos e intelectuais, no sentido de proporcionar para a Escola Normal um lugar apropriado. O Presidente Castro Pinto, em mensagem à Assembléia Legislativa no ano de 1913, compreende que o edifício da Escola Normal da Rua Nova (atual rua General Osório) não correspondia mais a seus fins. Acata a sugestão do então Diretor da Instrução Pública, Dr. Francisco Xavier Junior, de desapropriar um prédio vizinho à escola para a construção da Escola Modelo, mas afirma que esta seria de caráter provisório. Segundo ele, mais sensato seria

emprehndermos a construção de um edifício próprio, capaz de preencher todas as necessidades dessa instituição, com escolas modelos e jardins de infância anexos, onde se instaurasse simultaneamente o primeiro grupo escolar estabelecido pelos moldes paulistas (PINTO, 1913).

Esse debate sobre um novo prédio para a Escola Normal se prolonga durante os anos seguintes. Em 1917, dois anos antes da sua inauguração, os desenhos e os planos do edifício e da fachada do projeto arquitetônico de Octavio Freire foram mostrados ao então Presidente da Província, Camillo de Hollanda. Tal acontecimento suscitou exaltações na imprensa local:

Trata-se de um bello edificio de estylo neo-dorico, apropriado com muito engenho aos fins pedagógicos pelo talento architectural do sr. dr. Octavio Freire. Os desenhos da fachada, feitos a aquarella afiguram-se-nos irreprehensíveis, pela nitidez e segurança de traço com que estão concluídos. (...) A nossa impressão dos desenhos da fachada e dos planos foi o melhor possível. (...) O

futuro edifício da escola Normal há de fazer honra ao governo de do sr. dr. Camillo de Hollanda, ficando como um eloqüente atestado da evolução da architectura na Parahyba, nestes ultimos tempos (A UNIÃO, 1917).

Para os administradores, um estilo neo-dórico e universitário caracterizava a utilidade e o embelezamento da cidade e o edifício da Escola Normal vinha a atender às aspirações e às exigências postas pela crescente urbanização. Pois, podemos verificar este pragmático plano na “Exposição de motivos” apresentada por Camillo de Hollanda, na passagem de seu governo para o governo de Sólon de Lucena:

Visando o duplo aspecto – o de sua utilidade e de embellesamento da capital, tratamos logo da construção de vários edifícios públicos, começando pelo da Escola Normal, defficientemente alojada. Esse edifício, cujas linhas sóbrias condizem precisamente com as de um estabelecimento do seu gênero, obedece ao estylo universitário, abragendo uma superfície de 892 metro quadrados, com dous pavimentos. (...) O edifício está provido de mobiliário novo e adequado, afora quadros, globos, mapas, ardósias e tudo mais imprescindível ao confôrto e hygiene de um estabelecimento dessa natureza (LUCENA, 1920).

À exemplo de outras cidades brasileiras, o edifício da Escola Normal da Parahyba é resultado de um debate de estilos, acompanhando as manifestações de estilos implantados noutras Escolas Normais noutras regiões; cada cidade assume uma funcionalidade e adequação de acordo com as necessidades locais e os poderes constituídos aplicam como parâmetros as concepções organizativas de que a sociedade precisa para se apropriar do urbanismo.

A Escola Normal instalada em 1919 na Praça Comendador Felizardo, segue as normas vigentes dos moldes escolares da época, com “prescrições higiênicas e pedagógicas, que condizem com a iluminação, ventilação e asseio das aulas e compartimentos” (A UNIÃO, 1917). O projeto arquitetônico da escola procura adaptar-se às condições do lugar, em acomodá-la ao clima tropical, com a inserção de janelas que propiciem uma renovação constante do ar e a disposição da iluminação, sem tirar a harmonia do estilo neo-dórico (Foto 3).

De acordo com o projeto, o prédio vinha atender três aspectos básicos de uma edificação escolar: estética, técnica e salubridade. A Comissão nomeada para avaliar o projeto, composta pelos membros: Dr. Matheus de Oliveira, arquitetos Hermenegildo Di Lascio e Pascoal Fiorilli, Dr. José de Azevedo Maia inspetor sanitário escolar, e Dr. José Fructuoso Dantas professor de pedagogia da Escola Normal, dá parecer sob os pontos de vistas técnico, higiênico e pedagógico da planta daquele edifício:

Todo o edifício está, a rigor, estylizado com a beleza e majestade do dórico moderno. Obedeceu a um plano consciencioso e artisticamente elaborado de par com a technica. A simples visão agrada e se define, tal é a correção e boa medida de suas linhas. Não terá os excessos de ornamentação nem tão pouco a polychromia que tanto mal nos faz a vista e ao espírito, estroplando-nos o senso esthetic; talvez, por isso, a alguém possa desagradar. (...) É bem de

ver-se, elle o elaborou, não só tendo em vista dotar esta cidade de uma bella obra arquitetônica, mas de resolver com o maior critério pedagógico a disposição interior a semelhança dos melhores estabelecimentos congêneres. Assim, a futura Escola Normal será dotada de um systema de ventilação consoante as prescrições da hygiene escolar precisamente tropical. (...) O local foi acertadamente escolhido e está, parece-me, fadado a enfaixar as melhores obras, fazendo ângulo com dous lindos jardins que concorrerão grandemente para aumentar o arejamento (A UNIÃO, 1917).

Foto 3



Escola Normal, atual Palácio da Justiça do Estado na antiga Praça Felizardo Leite, atual Praça João Pessoa (1930). Fonte: Rodriguez, s/d.

Abrangendo uma superfície de oitocentos e noventa dois metros quadrados, o prédio da Escola Normal na Praça Felizardo Leite, atual Praça João Pessoa, compõe-se de dois pavimentos, um superior e um inferior, onde se pode encontrar salas com capacidade para 60 à 120 alunos, laboratório de física, química, salão de desenho, biblioteca, salão de honra, sala para trabalhos de agulha, salão para história natural (composta com uma sala para o museu escolar e um vestuário), vestuário, lavabo e porão, que era habitável. A monumentalidade atendia à promoção de uma ampliação no ensino, com o ensino profissionalizante e a obtenção de laboratórios de química e física.

As modificações surgidas posteriormente, alterando aqui e ali a planta do edifício, devia-se à uma certa obsessão pedagógica, tão em voga, por parte dos gestores e educadores de acompanhar as mudanças para acomodar a escola a um modelo que privilegie as condições técnicas, pedagógicas e estéticas que favoreçam a “modernidade”.

Desta forma, o projeto da Escola Normal privilegiou a relação do espaço externo com o espaço interno. As salas de aulas do andar térreo tinham uma disposição que davam a uma galeria que propiciava uma constante ventilação e uma fiscalização completa da diretoria. De acordo com os ideais republicanos não bastava um ensino voltado só para o intelecto, era preciso também um ensino cívico mediante culto à bandeira nacional, cânticos e hinos patrióticos que se intermediava na cidade pela mocidade escolar, conforme vimos

nas prescrições de Veríssimo (1985) e nas reportagens dos jornais da época. A escola é uma estrutura material onde se coloca o escudo pátrio, a bandeira nacional e os pavilhões nacionais, hasteando-os no início das aulas e recolhendo no final.

A Escola Normal, uma das grandes instituições escolares do ensino secundário, fazia com que quase todas as moças fossem à procura de um curso que levassem a uma profissionalização. Esta busca e a esperança no magistério, segundo Kulesza et. all. (1998), era porque “as meninas menos favorecidas da sociedade viam no magistério a oportunidade de assumirem uma profissão”. E, aos olhos da maioria da sociedade da época, era a profissão mais adequada. Adequada no sentido de se ter no sexo feminino a representação do papel social e educativo atribuído à mãe; ou seja, caberia à mulher dar a educação necessária às crianças do ensino primário.

Para as moças que não podiam ter uma profissionalização e nem serem mentes ativas na sociedade, deveriam dedicar-se à aspectos de uma preparação para serem donas de casa, conforme suas vocações ao lar. Em mensagem, Sólon de Lucena (1921) explicita bem como incomodava a educação feminina voltada para o intelectual, bem como para a vida no urbano:

Esta preparação especializada forma-lhes, unilateralmente, a mentalidade: crê-lhes bem fundadas esperanças no ganhar a vida por meio da profissão que abraçaram: habitua-as à existência rumorosa e agitada das ruas; desacostuma-as aos labores medíocres do lar e, prepara-lhes, por sua vez a desillusão que as assalta quando, à mingua de colocação, vêem o quanto de tempo e energias consumiram inutilmente (LUCENA, 1923).

A vida na escola, os hábitos corriqueiros das normalistas e as delimitações do espaço escolar eram acentuadamente reflexo e réplica da vida urbana. Cabia à escola lidar com a política higienizadora, bem como com as novas práxis salutar e de higiene no âmbito educativo, lançando as normas e princípios da modernização e sua medida no conjunto social. A Escola Normal, pela sua própria concepção propedêutica, e por ser uma escola exclusivamente feminina, faz com que as meninas e damas se aprimorassem em atividades caseiras e se profissionalizassem. Essa diferença de sexo na divisão das atividades foi observada pelo Jornal O Educador quando

sugere a ampliação de dois tipos de conhecimento ensinados nas instituições, separando-os quanto ao sexo. Para as mulheres podemos ensinar, confecções, bordados, rendas feitas de roupas, flores, chapéus, pintura, decoração, arte culinária, datilografia, fotografia etc. . Para os homens um número mais de atividades e um ensino mais técnico: mecânica, ferraria, marcenaria, eletrotécnica, decoração, química etc. (EDUCADOR, 1921).

É possível, assim, sugerir que este espaço da cidade ou o da escola em especial seja machista. Ao analisar a relação cidade-escola podemos levantar o debate sobre alguns argumentos de especial relevância para um estudo desta natureza: a) a distinção entre

conflitos relativos à reprodução de idéias e os que dizem respeito ao consumo das idéias (ou mesmo de sua aplicação); b) os fatores que mediam e/ou controlam os conflitos sociais; c) a direção da atenção para as diferenciadas fontes urbanas de poder público; d) a intervenção do Estado como componente territorial, campo de análise da geografia urbana local, nacional e mundial; e, e) a incorporação das noções de gênero, patriarcado, oligarquia e uma sucessão de fragmentações do conhecimento na história: prendas domésticas, trabalhos manuais, economia doméstica, cursos comerciais etc. .

À maneira de conclusão

Ao supor a construção de um espaço machista na cidade no início do século XX, verifica-se que o lugar das mulheres na cidade, e de resto das professoras normalistas, é uma reinterpretação do papel do trabalho doméstico e feminino no contexto das cidades na modernidade. O espaço escolar, em seu desenvolvimento interno, é um reflexo do espaço segmentado da cidade em processo de modernização. Do patriarcalismo herda-se o ritual e o simbólico, contrastado com as contradições da clausura e da ostentação das instituições escolares. Exemplo singular é o romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha. Ambientado em Fortaleza, estado do Ceará, no fim do século XIX, que mostra parte substancial do provincianismo das elites e dos subprodutos do coronelismo.

A Escola Normal, como espaço que possui salas de conferências, gabinetes, salas de aula com separação entre meninos e meninas “representam diferentes formas retóricas de comunicação, além de cobrir determinadas funções” (FRAGO, 1998, p. 39).

Frago (1998), ao examinar as *Instrucciones* sobre arquitetura escolar que a Direção de Ensino Primário da Espanha publicou em 1912, afirma que as construções arquitetônicas e o lugar ao qual as escolas são submetidas, bem como igrejas, templos e espaços públicos, expressavam “a função estética e simbólica que os edifícios escolares podiam desempenhar na educação da infância e de toda a comunidade”, acrescentando que a “solidez das instituições era equivalente à solidez de seus muros”. (FRAGO, 1998, p. 35-7).

Em pesquisa recente, Capel (2005) destaca a importância e a especificidade dos estabelecimentos escolares que pedagogos e arquitetos em Espanha atribuíam aos edifícios escolares desde meados do século XIX, manifestando os ideais sobre a construção de edifícios escolares:

Su hermosura había de ser ‘sencilla, sin profusión de adornos’ ya que estos edificios debían ser baratos. (...) El exterior había de ser sencillo, ya que a estos edificios ‘la circunspección y seriedad los embellece, como también el emplear en ventanas y rejas materiales sólidos y robustos que correspondan con la demás decoración’. Al mismo tiempo se elaboraron normas para que las puertas de entrada estuvieran claramente indicadas, sin muchas escaleras para los más pequeños, ventanas amplias que proporcionasen luz a las aulas, y los más altas posibles respecto al piso de la calle, para no quedar expuestas a las miradas del público y no se interrumpiesen las tareas (CAPEL, 2005, p. 391-2).

O referido autor prossegue demonstrando que a cidade como sede da ciência e da cultura sempre concentrou equipamentos educativos e culturais, adquirindo mais ou menos importância em função da conformação das mentes e das atitudes.

Na Parahyba do Norte, com o crescimento da cidade e as modernizações advindas do processo de urbanização, um sistema escolar vai sendo paulatinamente instalado e escolas vão sendo inauguradas mediante grandes festividades e grandes solenidades. Nestas solenidades, em geral, são onde se ressaltam as doações de pessoas ilustres da oligarquia local, como podemos notar quando da “inauguração do prédio escolar Izabel Maria das Neves, que ocupa um prédio na capital doado pelo cel. Alípio Dias Machado que deu a escola o nome de sua mãe. (...) situado na avenida João Machado (EDUCADOR, 1921).

Nesta intrincada relação, é necessário anotar que a *Décima Urbana* transfigura-se e é aprovada a Lei 544 de 1921, que “permite aos particulares construir prédios para escolas com a completa inserção de impostos e a garantia de 1% de rendimentos mensais sobre a quantia orçada”(EDUCADOR, 1922).

Grosso modo, como se pode ver através dos tempos, em continuidades e descontinuidades, os espaços públicos e as instituições se modificam, se produzem e se reproduzem na dinâmica da cidade. A localização da escola e suas relações com o espaço urbano responde à padrões culturais e pedagógicos que as crianças e os jovens internalizam e aprendem. Luz, ventilação e asseio são elementos mecânicos que ganharam importância no século XIX e que se relacionam com o higienismo e com a industrialização. Na Parahyba do Norte, esta relação está mais articulada ao higienismo do que com a industrialização, com o republicanismo oligarca e com o positivismo científico. A escola como produto de cada tempo, caminha na cidade em busca permanente de seu lugar: itinerância, fixação e estabilidade.

O que procuramos evidenciar é que para definir o lugar da escola na cidade, um lugar para a Escola Normal, será necessário compreender o conjunto de forças sociais, os mecanismos de sobrevalorização do espaço e do valor do solo, bem como os rituais simbólicos das representações da monumentalidade para avaliar as significativas diferenças dos lugares na cidade. Cabe verificar que a maneira como a escola se fixa na cidade é única, singular. A sua extensão implica na sua identificação enquanto configuração geográfica de um fixo no espaço, um prático-inerte. Ao fazer uma geografia histórica da localização podemos demonstrar as relações de interesses das instruções pedagógicas. Ou seja, a escola como lugar, pressupõe uma mobilidade das idéias e dos alunos na cidade que, em maior ou menor grau, contrapõe-se à idéia de um lugar do ensino como estável e fixo.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzachiello da. et all. *A cidade e o urbano*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997. p. 27 – 54.
AGUIAR, W. ; MELLO, J. O. . *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa-PB.

- Governo do Estado da Paraíba, 1989. 279p.
- ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. *Um cidade, muitas tramas: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2001, 180 p. (Dissertação - Mestrado em História).
- A UNIÃO. *Jornal do Partido Republicano da Parahyba do Norte*, 17 de Janeiro de 1913
- A UNIÃO. *Jornal do Partido Republicano da Parahyba do Norte*, 15 de maio de 1917.
- A UNIÃO. *Jornal do Partido Republicano da Parahyba do Norte*, 19 de maio de 1917.
- BRITO, Higino. O tempo e os homens que se foram. In: AGUIAR, W. ; MELLO, J. O. A. . *Uma cidade de quatro séculos. Evolução e roteiro*. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1989, p. 201-2.
- CAPEL. Horácio. Los edificios para la educación, la cultura y el ocio. In: *La morfología de las ciudades*. II. *Aedes faceres: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005, p. 391-444.
- CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. Didática urbana: cotidiano e espaço pedagógico. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED*, 2002, Caxambu. Educação: manifestos, lutas e utopias - CD Rom. Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Acessível em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/carlosaugustocardosot04.rtf>.>
- CAMBI, Franco. *Historia da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, O.O.C. da. *Barão de Abiaí*, João Pessoa, 1940. s/e.
- EDUCADOR. *Jornal do professorado primário*, ano I n. III, Parahyba, 14 de novembro de 1921a.
- EDUCADOR. *Jornal do professorado primário*, ano I, n. VII, Parahyba, 12 de dezembro de 1921b.
- EDUCADOR. *Jornal do professorado primário*, Ano II, n. IX, Parahyba, 17 de janeiro de 1922a.
- EDUCADOR. *Jornal do professorado primário*, ano I, n. XXVI, Parahyba, 11 de maio de 1922b.
- FUNESC (Fundação Espaço Cultural do Estado da Paraíba). *Documento da Contadoria do Tesouro do Estado da Parahyba*, caixa 9. João Pessoa, PB: Empresa Fiação, Luz e Força, 1910.
- FRAGO, Antonio Viñao. *Curriculo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. Modos de Migração de Práticas e Idéias Educativas. In: *VII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*, 2005, Quito. CIHELA. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, v. 1. p. 1-15.
- KULESZA, W. et. all. . Poder Político e Educação na Primeira República: o caso da Escola Normal da Paraíba. In: *Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, vol. 2, São Paulo, FEUSP, p. 682-90, 1998.
- LEAL, Walfredo. Relatório do Presidente da Província, 1906. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u539/000010.html>>. Acesso em: março, 2007
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LUCENA, Sólon de. Relatório do Presidente da Província. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u557/000048.html> - Acesso: março, 2007.
- LUCENA, Sólon de. Exposição de motivos e occorencias do quadriênio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba, 1920. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u554/000015.html>> Acesso em: março 2007.
- MACHADO, Álvaro. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1905. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u538/000008.html>>. Acesso em: março, 2007)
- MACHADO, João. Relatório do Presidente da Província, 1911. Disponível em: <<http://>

- brazil.crl.edu/bsd/bsd/u544/000018.html>. Acesso em: março, 2007.
- MAIA, Doralice Sátyro. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa - PB*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 360p. (Tese Geografia Humana).
- MONARCHA, C. A. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. São Paulo - SP: Universidade de Campinas, 1999, p.57-109. (coleção momento).
- MOSER, M. Werner. La escuela en la ciudad. *Revista AC*, Barcelona, Madrid, San Sebastián, ano III, n.9, p. 28 – 29, jan.- mar. 1933.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na primeira república*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NUNES, Clarisse. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Michel M. B. ; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994, p. 180-201.
- PARAHYBA. Edifícios Escolares da Parahyba 1ª Exposição Comemorativa. Imprensa Oficial da Parahyba, 1936.
- PEREIRA, Walfredo Guedes. A Mensagem do Dr. Guedes Pereira. *Revista Era Nova*, Parahyba do Norte, ano III, n. 55, p. 13, dezembro de 1923a.
- PEREIRA, Walfredo Guedes. As bellezas da cidade. *Revista Era Nova*, Parahyba do Norte, ano III, n. 45, p. 5-6, maio de 1923b.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação (Tese de Doutorado em História da Educação), 2001, 250p.
- PINTO, Castro. Relatório do Presidente da Província, 1913. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u546/000011.html>>. Acesso em: março de 2007)
- RODRIGUEZ, Walfredo. *2 Séculos da Cidade*. Passeio retrospectivo – 1870-1930. João Pessoa – Paraíba. s/d.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. *Vanguarda e esquecimento: a arquitetura de Clodoaldo Gouveia*. Monografia de Graduação. João Pessoa: Curso de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, 1999, 140p.
- VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Recebido para publicação dia 05/04/07

Aceito para publicação dia 20/08/07